

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

CONSTRUÇÃO, INTERFACES E
PERSPECTIVAS NO BRASIL

VOLUME III



RiMa

© 2012 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Arte da capa

Arthur Valencio

S681s Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III /organizado por Norma Valencio – São Carlos : RiMa Editora, 2012.

350 p. il.

ISBN – 978-85-7656-255-9

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3 Defesa civil.
4. Mudanças climáticas. I. título. II. autor

CDD 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3411-1729

CAPÍTULO X

PEDRAS NO CAMINHO: O DESASTRE E AS VIDAS LASCADAS EM MUQUI/ES

Norma Valencio
Mariana Siena
Arthur Valencio

INTRODUÇÃO

O Estado do Espírito Santo foi uma das unidades federativas que, no ano de 2010, contabilizaram um considerável montante de danos e prejuízos em desastres no geral e, particularmente, naqueles relacionados às chuvas. Essa circunstância limitante, infelizmente, é recorrente para o povo capixaba. A decretação de situação de emergência (SE) faz parte do histórico sociopolítico de muitos dos municípios do Espírito Santo e, em menor monta, o mesmo ocorre em relação à decretação do estado de calamidade pública (ECP).

No período de 2003 a 2011, a média de 32,33 decretos municipais/ano de SE/ECP significa uma abrangência de 41,45% do total de municípios dessa unidade federativa (Tabela 01). Isso denota não apenas a existência de debilidades estruturais da administração pública municipal de várias localidades capixabas, as quais atravessam repetidos apuros para lidar com as responsabilidades de proteção antecipada aos grupos sociais fragilizados e garantir os seus respectivos direitos territoriais, mas a existência de desafios com os quais o braço operacional estadual tem dificuldades em lidar, a começar pelo enfrentamento decisivo das desigualdes sociais para evitar que as sucessivas temporadas de chuvas arraste consigo os mais fracos.

Para compreender alguns aspectos relevantes do problema, desde uma perspectiva sociológica, acompanhamos *in loco* algumas situações municipais críticas, uma das quais, a que estava em ocorrência no município de Muqui/ES, em janeiro de 2011.

As *informações primárias* foram coletadas através de: a) observação direta com apontamentos do diário de campo; b) entrevistas em profundidade com autoridades e técnicos municipais – do Chefe do Executivo à área

de assistência social e da saúde – bem como com grupos sociais afetados, destacamente com os chefes do lar e da família em situação de desabrigo; c) mapas mentais de grupos sociais desabrigados, especialmente mulheres e crianças em idade escolar e pré-escolar e d) fotodocumentação. As *informações secundárias* foram obtidas através de pesquisa em meio virtual (sites oficiais e registros jornalísticos oriundos da imprensa local) e em registros oficiais cedidos, aos autores, pelas autoridades locais. O problema central abordado diz respeito às representações e às práticas dos grupos sociais mais intensamente afetados no desastre e os encontros e desencontros desses com a atuação da administração municipal no que concerne às estratégias para ampará-los.

Tabela 1 Número de decretos de situação de emergência (SE) e estado de calamidade pública (ECP) por ano (contados a partir da data de início de vigência do decreto municipal) no Estado do Espírito Santo.

| Ano | SE | ECP | Total decretos | % decretos em relação ao número de municípios do estado |
|------|----|-----|----------------|---|
| 2003 | 67 | 3 | 70 | 89,74 |
| 2004 | 27 | 0 | 27 | 34,62 |
| 2005 | 30 | 2 | 32 | 41,03 |
| 2006 | 14 | 0 | 14 | 17,95 |
| 2007 | 21 | 0 | 21 | 26,92 |
| 2008 | 28 | 0 | 28 | 35,90 |
| 2009 | 48 | 2 | 50 | 64,10 |
| 2010 | 27 | 0 | 27 | 34,62 |
| 2011 | 22 | 0 | 22 | 28,21 |

Obs: O Estado do Espírito Santo possui 78 municípios de acordo com o IBGE.

Fonte: Registros cf. SEDEC/MI, atualizado em 27 jan. 2012, acesso 02 fev. 2012, sistematizado pelos autores.

Para tanto, as variáveis analisadas integradamente foram:

- a. O cotidiano do abrigo;
- b. A segurança pessoal e dos bens móveis na casa danificada e interdita;
- c. A interlocução dos afetados com a administração, particularmente em torno das medidas recuperativas.

Sigamos o caso de Muqui, não sem antes enfatizar que se trata de um recorte interpretativo mais imediatamente atrelado ao momento agudo dessa crise denominada desastre, a qual tanto herda mazelas sócio-históricas quanto deflagra num novo ciclo de privações.

O DESASTRE NAS DISTINTAS VISÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Localizado a 175 km de Vitória, o município de Muqui possui 14.396 habitantes, sendo 9.309 em área urbana e 5.087 em área rural (IBGE, 2010). A área total de Muqui é de 327 km². Sua localização está compreendida na latitude -20.95° e longitude -41.34°, e o seu território inserido nas formações montanhosas da Serra do Castelo. Muqui tem um histórico de desastres relacionados às chuvas. Na última década, as autoridades locais decretaram situação de emergência (SE) por quatro vezes, a saber: em janeiro e em março do ano de 2003, em março do ano de 2005 e em dezembro de 2010.

Segundo as autoridades locais, o desastre deflagrado no município, nos últimos dias do ano de 2010, teria sido relacionado à intensa precipitação pluviométrica, a qual teria suscitado enchentes, na região central da área urbana e nas adjacências, e ao desprendimento de lascas do enorme rochedo, de dezenas de metros de altura, vizinho a um assentamento humano precário na periferia urbana. O relato oficial reporta uma intensa precipitação das 2:00h am, do dia 27 de dezembro, até às 11:00h am, do dia 28 de dezembro. Esse evento crítico teria provocado uma elevação rápida do volume de água dos principais mananciais que cortam a localidade, a saber: o córrego da Boa Esperança, o córrego do Entre Morros, o córrego do Sabiá e o rio Muqui; este último, com sua água chegando a 6 metros de altura. Como efeito desse volume, as águas transbordaram do leito dos referidos mananciais e adentraram ruas e edificações, públicas e particulares, as quais sofreram danificação, no meio urbano e também no rural. Além disso, episódios de deslizamentos de terra, destruição de pontes, quedas de árvores, inclinação de postes de iluminação pública, transbordamento de valões, descalçamento de ruas, outros comprometimentos da malha viária e danos parciais à contenção da margem do rio Muqui, dentre outros, foram identificados pelas autoridades locais e constam da caracterização oficial do desastre no decreto municipal de situação de emergência (SE), datado de 30 de dezembro de 2010.

Embora o documento oficial complementar à narrativa municipal oficial dos acontecimentos, o formulário Avaliação de Danos (AVADAN), tivesse caracterizado o evento como sendo, principalmente, o de enxurradas (código CODAR NE.HEX 12.302), o decreto municipal supracitado mencionou explicitamente os problemas estruturais da localidade, isto é, espec-

tos de um processo socioambiental mais extenso que deixava os munícipes – em diferentes gradações – sujeitos a sofrerem agravos com os efeitos de intensas precipitações pluviométricas, fossem aquelas ou futuras:

(...) concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade o crescimento desordenado da cidade desde a sua criação, permitindo a construção de numerosas edificações em áreas de risco de inundações e desabamentos e o estrangulamento dos cursos d'água locais provocados por aterros irregulares, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI, 2010, p. 2).

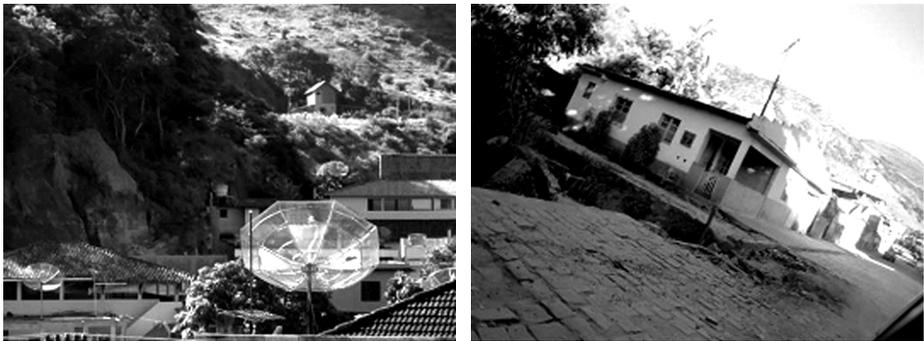
Como danos humanos relacionados a esse desastre, destacava-se, no AVADAN, a menção ao número de 800 pessoas desalojadas, 120 pessoas desabrigados e 2 levemente feridas. Afetadas, direta ou indiretamente, foram, segundo o referido documento, 12.387 pessoas, o que corresponderia a 85,45% do total da população do município.

O município de Muqui perdeu todo o seu estoque de vacina, devido ao estrago que a enchente causou nas instalações do setor de saúde. Quando novos estoques de vacinas foram providenciados, os agentes de saúde priorizaram a ação de colocar em dia a vacinação de pessoas pertencentes aos grupos sociais desalojados pela enchente e não deram especial atenção às pessoas desabrigadas. O órgão de saúde do município optou por vacinar, primeiro, os grupos sociais de desalojados, com receio de dispersão desses – uma vez que se encontravam na moradia de parentes e amigos e as condições de acolhida poderiam se alterar rapidamente – e porque, segundo as autoridades, tais grupos teriam tido maior contato com a água contaminada oriunda da enchente. Nos novos estoques de vacinas que chegaram à localidade, faltaram as vacinas para a hepatite A, que era imprescindível para os riscos à saúde que o contexto socioambiental revelava, embora o estoque de vacinas para a hepatite B tivesse sido suprido a contento. Somente catorze dias após o início da decretação do desastre, as famílias que tiveram sua moradia comprometida pelo desprendimento das lascas do rochedo – e que permaneciam na condição de desabrigadas – tiveram suas cadernetas de vacinas colocadas em dia.

Nesse episódio, Muqui registrou, oficialmente, 193 residências populares danificadas, além de 11 residências populares destruídas, montante proporcionalmente superior, pelo viés de classe, aos estragos registrados no estrato de moradia não popular, onde foram 17 as residências danificadas de particulares (menos de 1/10 do total de moradias danificadas) e 9 efetivamente destruídas (menos da metade). A apuração oficial identificou, ainda, na ocasião, 120 estabelecimentos comerciais danificados, 2.481 km de estradas danificadas, 1.350 metros quadrados de pavimentação de vias ur-

banas destruídas e 230 famílias que teriam perderam seus bens móveis e demais utensílios domésticos.

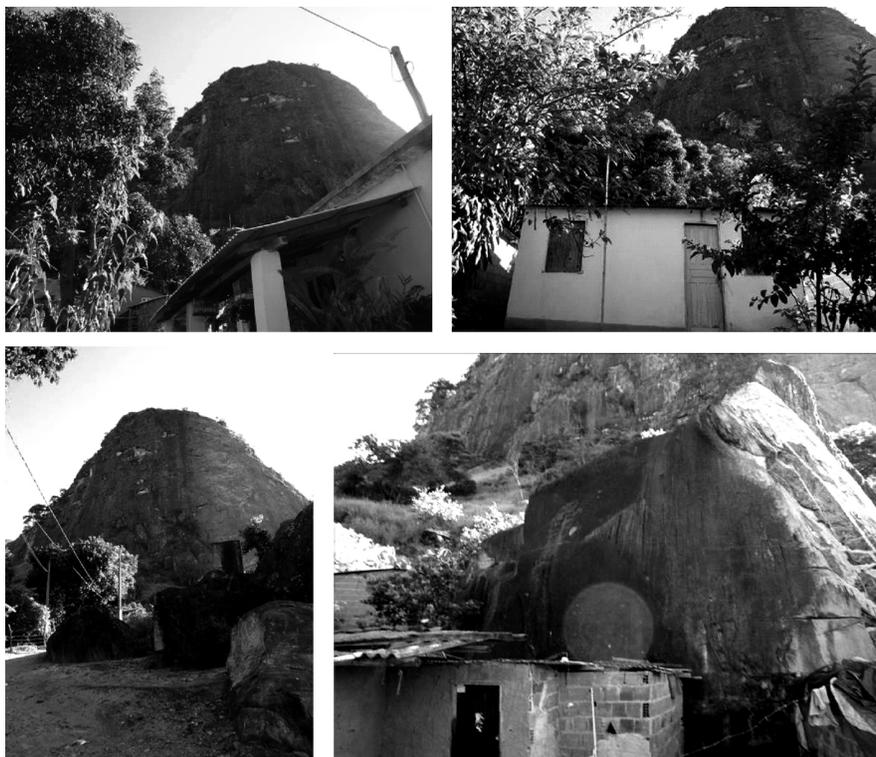
As regiões mais afetadas do município foram o centro urbano e os bairros Boa Esperança, Nossa Senhora Aparecida, São Pedro, São Domingos, Entre Morros e São Francisco (Fotos 01 e 02). A solicitação municipal para que houvesse o reconhecimento da situação de emergência pela autoridade federal reportou que os serviços essenciais foram prejudicados, como o de fornecimento de água potável, que foi interrompido do dia da decretação do desastre aos dias subsequentes, prejudicando os esforços de limpeza em geral. A concentração de lixo trazido pela enchente teria causado o entupimento de bueiros e a interdição de ruas, incrementando os riscos de propagação de doenças de veiculação hídrica. A inviabilidade em disponibilizar água potável em quantidade suficiente para o asseio pessoal quanto para o do espaço público e doméstico de convivência tornava o risco de doenças ainda mais potencializado.



Fotos 1 e 2 Aspectos dos riscos e danos na área urbana. Muqui/ES.
Acervo NEPED, 2011.

As famílias desabrigadas nesse evento crítico foram, principalmente, aquelas residentes na localidade de Boa Esperança, deprecativamente conhecida como “Toca do Rato”. Ali, sob as chuvas intensas, e no meio da madrugada, ocorreu a infiltração da água no rochedo e uma sucessão de desprendimentos de lascas do mesmo. A comunidade fora erguida, ao longo de muitos anos, em uma das facetas desse rochedo, no topo do qual uma imagem sagrada havia sido depositada e sucitou modestas romarias de seus devotos para apreciá-la. Até ali, aquela imagem fincada sobre o gigantesto rochedo tomava, nas representações sociais locais, a ideia de empreender uma vigilância transcendental e protetiva aos que moravam sob sua sombra, sendo, pois, uma referência reconfortante para a comunidade.

Porém, quando o estalido do desprendimento das lascas se fez ouvir por sucessivas vezes, no varar de uma madrugada chuvosa, e tais lascas de pedras, de proporções consideráveis, efetivamente caíram sobre as moradias – danificando telhados, os objetos dentro da moradia e ferindo os moradores – o reconforto deu passagem para um significado oposto: o rochedo se apresentou, a partir dali, como um fator ameaçador para a comunidade, suas vidas, suas moradias e todo o conteúdo ali atrelado à vida cotidiana. Ao despencar, batendo no rochedo, as lascas soltavam fagulhas e, ao arremeter contra o solo, o estrondo, mesclando o alto ruído e o tremor do chão, davam a dimensão da gravidade das circunstâncias. Outras lascas do rochedo ameaçavam despencar daquelas grandes alturas sobre as várias moradias da “Toca do Rato”. Devido às injunções de uma base física íngreme e do solo encontrar-se enlameado e bastante liso, grandes rochas que já se encontravam anteriormente no território da comunidade começaram a se movimentar e se aproximar perigosamente das casas, podendo fazê-las ruir (Fotos 3 a 6). A fuga das pessoas do lugar, em meio à chuva, à escuridão e à lama, tinha olhos e ouvidos atentos para o perigo que tanto vinha dos céus quanto das rochas já em terra.



Fotos 3 a 6 Aspectos do bairro Boa Esperança, conhecido local e depreciativamente como “Toca do Rato”. Acervo: NEPED, 2011.

Os moradores relataram, em especial, os fortes estrondos decorrentes de uma “chuva” de pedras sobre os telhados. Ao cair, essas pedras levantaram uma nuvem de poeira, que se misturou às águas das chuvas, embaçando a visão dos que se punham em fuga. A escuridão foi o elemento final para compor esse cenário aterrorizante, contam-nos os moradores da localidade que saíram aterrorizados de suas casas e se acudiram mutuamente, aos gritos, pois era difícil tanto enxergarem uns aos outros quanto saber exatamente que caminho percorrer. Estavam sem chão, quase literalmente.

Representações sobre a gravidade dos acontecimentos vivenciados nesse bairro estão expressas nos relatos dos moradores locais; sobretudo, na vocalização das mulheres, tanto das que se tornaram desabrigadas quanto das que resistiram aos eventos em permanência em sua moradia, ainda que essa tivesse sido interdita pelos órgãos de emergência.

A persistência do desastre, como memória e parte do cotidiano, está expresso no relato da M. F., uma senhora desabrigada:

Estou com a cabeça tão ruim, parece que o barulho daquela pedra ainda está dentro do cérebro. Nossa, foi uma coisa horrível. A minha menina de 17 anos ela correu – foi de madrugada, né? O caso, depois de meia noite, a primeira pedra que caiu – ela falou “mãe a Rafaela” (é a irmã mais nova de 3 meses)...aí ela pulou em cima dela, aí os cacos de telhas bateram nela [caíram nas costas]. Ela saiu correndo, gritando; depois ela [a filha de 17 anos] tremia tanto em cima dessa daqui [filha de 3 meses] achando que ela tinha morrido. Eu falava: calma minha filha...

Uma liderança comunitária, das mais antigas moradoras da localidade, permaneceu na sua moradia, embora o telhado tivesse sido afetado. Relata que muitos vizinhos foram para a sua casa na noite da ocorrência e os acudiu, antes do abrigo público ter sido providenciado pelas autoridades locais. Contudo, o seu filho, um jovem de 24 anos, permaneceu em severo estado de ansiedade, com distúrbios do sono, negando-se a dormir em seu quarto, onde pedras atravessaram o telhado e caíram por sobre os móveis.

Apesar de lamentar não poder ter levado seus bens móveis para o abrigo público, uma afetada, a senhora V.R., relatou que não conseguia voltar para sua moradia, já que o medo de ficar próximo ao rochedo e às rochas era maior que o seu anseio de zelar pelos bens no interior da moradia e restituir a funcionalidade da casa. Para tranquilizá-la e reduzir o seu sofrimento, Dona V.R. contou com a ajuda de vizinhos, que permaneceram na comunidade:

Minhas coisas tá tudo lá. Meu vizinho tá vigiando para a gente. Eles vão lá ver. Só que eu não vou lá em cima, eu fui lá ontem, mas eu tenho medo de ficar lá. Aí, eles (vizinhos que não saíram de suas casas) olham pra gente, abre a casa, fecha.

As famílias desabrigadas nesse episódio foram instaladas num abrigo provisório num outro bairro, distante daquele. A prefeitura municipal lhes deu acesso às instalações de um estabelecimento de ensino municipal e o período de férias escolares viabilizou, por algum tempo, essa escolha.

No abrigo provisório, mulheres chefes do lar e jovens proseavam ao redor da mesa da cozinha. Ali, nos receberam para relatar o acontecimento trágico e também exprimi-lo através de seus mapas mentais. Dentre esses, se destaca o de L., uma adolescente de 17 anos, no qual a grande pedra, ou morro, aparece com alguns elementos naturais – tais como o capim, as flores e as pedras encravadas – enquanto que a casa é representada no seu interior, com o sistema de objetos que dá funcionalidade ao cotidiano da família: ali há apenas um cômodo, mas esse acomoda a TV, o fogão, a geladeira e a cama (Figura 1). Por seu turno, A.L., uma senhora de 31 anos, representa a casa proporcionalmente maior ao lado da grande pedra. A riqueza de detalhes também ocorre: a grande pedra (chamada de “a Pedra da Santa”) possui a imagem da santa no alto; mas, uma pedra aparece solta; outra pedra aparece despencando e várias lascas caem sobre o telhado da casa. A.L. assinala que a casa ficou sem água, sem chuveiro, sem encanamento e exibiu o nível a que chegou a inundação, tomando a ordem de 40% da altura da parede da moradia. Na moradia, ficou-lhe na memória o telhado solto e um pedaço da parede prester a cair, ambos expressos na figura (Figura 2).



Figuras 1 e 2 Mulheres desabrigadas representam o desastre como algo fundamentalmente relacionado às pedras que ameaçam suas moradias.

Igualmente pungentes são as representações do desastre nos mapas mentais das crianças do abrigo provisório, que ali estavam porque sua moradia tinha sido danificada ou destruída no evento. Ao serem reunidas para nos contar “o que foi que aconteceu para elas estarem no abrigo”, com lápis e papel distribuídos, fizeram suas imagens mentais, em parte puxando pela memória, noutra, trocando, entre si, impressões. Pedras maiores e menores, no entorno da casa ou arremetendo contra a mesma, além do testemunho da correria da família e dos vizinhos em busca de um lugar seguro, faz parte do repertório das representações gráficas das crianças desabrigadas em torno dos acontecimentos vivenciados.

Faz suas garatujas o menino de 02 anos de idade, M.V., mas nos avisa: são pedras. L., uma menina de 5 anos de idade, traz a sua visão de quatro grandes lascas de pedra caindo ao lado da sua casa, a qual se encontra suspensa no ar (a terra é representada solta, sob uma pá) e nove pedras menores aparecem, na figura, caindo sobre o telhado, não sem destacar um coração voando em meio ao desastre ao sol (Figura 3).

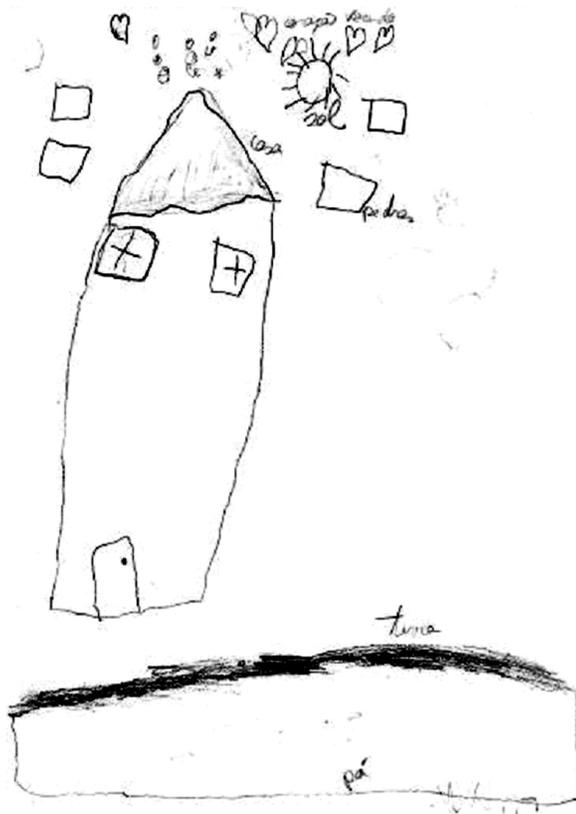


Figura 3 Expressão gráfica do desastre de L., 5 anos de idade.

K., um menino de 7 anos, elabora dois mapas mentais: no primeiro, a casa aparece circundada pela enorme pedra e uma lasca dessa, num tamanho que compreende quase metade do tamanho da moradia e segue em direção à mesma. A nuvem e o girassol compõem o restante do cenário (Figura 4); no segundo, a grande pedra aparece em primeiro plano, sendo o maior item de sua expressão gráfica, ao redor da qual aparecem girassóis e a água (Figura 5). A casa desapareceu.

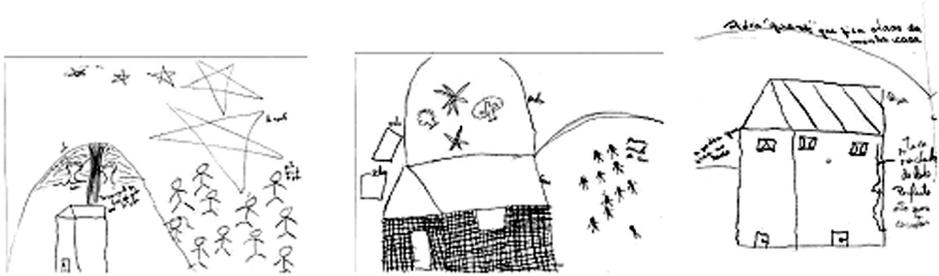


Figuras 4 e 5 Expressão gráfica do desastre como processo, de autoria de K., um menino de 7 anos de idade.

Para M., um menino de 8 anos, a casa é representada como estando em cima da pedra, com o telhado, a janela e a porta nitidamente retratados. Uma grande pedra, então, se define também atrás da casa e uma cascata de pedras cai por sobre ela. No mapa mental feito por S., uma menina de 8 anos, o céu aparece estrelado e é retratado um grande morro, ocorrendo um deslizamento no meio desse, o qual suprime a vegetação (que se mantém, no entanto, nas duas margens) e as pessoas correm para fora do local, abaixo, onde estavam. As pessoas não correm numa estrada, não há linhas definindo um chão. Elas aparecem correndo ‘no ar’, como se inexistisse um caminho: estão ‘sem chão’ (Figura 6).

G., um menino de 10 anos de idade, marca sua expressão gráfica com a centralidade da casa, as pedras caindo ao redor e um urubu voando. E J., também um menino de 10 anos, reporta as pessoas saindo de casa (Figura 7); em outro conjunto de imagens, ora as pessoas aparecem de mão

dadas do lado de fora de uma casa ora é retratada apenas a casa, que aparece avariada devido às pedras que a atingiram. As meninas, A.G. e B.G., respectivamente, com 10 e 12 anos de idade, grafam pedras e árvores caindo sobre as suas casas e ao lado das mesmas. V., um menino de 12 anos, representa sua casa com uma rachadura e há um grande rochedo ao fundo, com a chamada “Santa da Pedra”. Por fim, K., uma menina de 14 anos, igualmente compõe a situação com o grande rochedo, sua casa com uma rachadura e adiciona, à figura, a frase: “prefeito não quis consertar” (Figura 8).



Figuras 6 a 8 Expressão gráfica do desastre por crianças desabrigadas de diferentes faixas etárias e num recorte de gênero: a ‘Santa da Pedra’ e as pedras que caem ao lado ou sobre a casa, além de pessoas fugindo, compõem o imaginário infantil sobre o desastre.

A imagem de Nossa Senhora de Aparecida, a “Santa da Pedra”, permaneceu no topo do rochedo, intacta. O dia 12 de outubro marca o encontro dosromeiros em devoção – entre eles, os moradores da comunidade Boa Esperança – que dão a volta por detrás da pedra, para vencerem a altura de aproximadamente 50 metros e chegarem ao topo. Ali, fazem seus pedidos e orações. Alguns dos fiéis locais, da comunidade afetada, disseram que renunciariam a fazer tal romaria dali em diante.

A PERSISTÊNCIA DO DESASTRE: A AFETAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE ABRIGO

O abrigo provisório que a prefeitura municipal organizou para as famílias impedidas de retornar às suas moradias distava em torno de 1 km do centro da cidade e outro tanto do bairro Boa Esperança. Quando da visita dos autores, em janeiro de 2011, o abrigo estava em funcionamento havia cerca de duas semanas, comportando em torno de 78 pessoas, aglutinadas em, aproximadamente, 25 famílias, a maioria proveniente da referida comunidade.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INTERNO DO ABRIGO

A divisão das salas de aula para o abrigo provisório das famílias bem como a distribuição das tarefas internas ao abrigo foi organizada por técnicos do órgão municipal de serviço social em conjunto com as próprias famílias. O número de sala de aulas não era correspondente ao número de famílias que acorreram ao abrigo. Por isso, mais de uma família ocupou o espaço de uma mesma sala de aula por critérios de afinidade, como o de parentesco, e ali se reproduziu parcamente a territorialidade da vida privada, sobretudo nas funções essenciais de repouso (Foto 7).



Foto 7 Aspecto da acomodação partilhada das famílias.

As salas de aula, que passaram a se prestar como acomodação das famílias para o repouso de seus membros, eram os espaços destinados a guardar os colchões e a escassa roupa de cama, além de ser o espaço coletivo, sem privacidade, para deixar os objetos de caráter pessoal e os poucos bens que os abrigados trouxeram consigo. Localizavam-se no pavimento superior do estabelecimento de ensino, cujo acesso precisava ser vencido subindo dois lances de escada. Isso dificultou a mobilidade de alguns desabrigados, como a da família da menina A., de 14 anos de idade. A. tem deficiência múltipla, e sua locomoção para o refeitório, mesmo para espairecer, exigia subir os dois lances de escada no colo dos pais, motivo pelo qual a família propendia para o retorno à sua moradia, mesmo tendo sido interdita.

Em duas semanas de montagem do abrigo, o município havia recebido 200 cestas básicas do governo estadual, sendo 100 destas cestas unica-

mente de alimentos e as demais eram de *kits* de limpeza. No abrigo, as refeições eram preparadas sob a coordenação da merendeira da escola e executadas por um conjunto de desabrigadas, no uso da estrutura de cozinha da escola para estocar/armazenar os alimentos (isto é, utilizar os armários, estantes e geladeiras); realizar a preparação e a cocção dos alimentos (no uso do fogão e dos utensílios de cozinha, incluindo panelas, bandeijas, talheres e panos de prato) e distribuir a refeição para o consumo dos membros das famílias (no uso de mesas, bancos/cadeiras, pratos, talheres, copos, jarras e afins, incluindo guardanapos e toalhas de mesa). Logo, essa equipe de mulheres abrigadas também era responsável por fazer a assepsia do material utilizado bem como do recinto após o consumo das refeições, o que faziam com diferentes gradações de disposição e disponibilidade.

Colchões comprados pela prefeitura municipal junto ao comércio local, para atendimento das famílias assim que o abrigo foi instalado, estavam fora do padrão: muito finos e colocados diretamente sob o piso frio, para o descanso das pessoas (Foto 8). Esse desconforto não propiciava o repouso necessário, era incômodo aos que tinham restrições de mobilidade, como idosos, e era passível de rápida deterioração. Apesar disso, diziam os abrigados, estavam sendo orientados a devolver os colchões quando saíssem do abrigo. Até aquele momento, haviam chegado ao município, porém, não distribuídos aos abrigados, os 1.800 colchões fornecidos pela defesa civil estadual. Além disso, faltavam cobertores, lençóis e materiais de higiene pessoal, como toalhas, o que restringia as condições de descanso e recomposição do sono bem como os hábitos de assepsia dos membros das famílias ali inseridas. A disponibilidade destes produtos dependia exclusivamente do recebimento de doações de terceiros e essas, embora tivessem chegado, ainda eram organizadas e distribuídas em ritmo lento.

O estabelecimento escolar utilizado para as funções de abrigo não possuía tanques. Assim, a lavagem de roupas era um desafio para as mulheres, as quais dispunham apenas de uma torneira de um sanitário coletivo, em uma pia pequena, para realizar a higienização das roupas utilizadas, desde as peças íntimas às mais pesadas, como os lençóis. Não apenas a lavagem, como a secagem de roupas também seguia comprometida, pois, faltavam “cordinhas” (fios de *nylon*) no comércio local e, então, a feitura de um varal coletivo seguia postergada indefinidamente e outras possibilidades, como a utilização de arames, não era aventado. Desta forma, com já duas semanas de convivência no abrigo, as mulheres penduravam as roupas lavadas nas salas de aula; ou, para fugirem escrupulosamente dos olhares de estranhos que compartilhavam o local (sobretudo ao se tratar de peças íntimas do vestuário feminino), eram penduradas nas paredes interna dos abafados sanitários, onde ficavam amontoadas e secavam com dificuldade (Foto 9).



Foto 8 Espessura dos colchões adquiridos e distribuídos aos desabrigados.

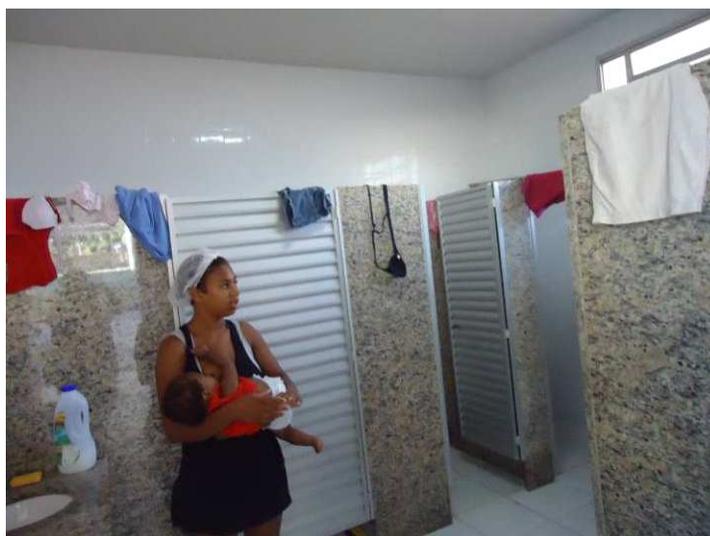


Foto 9 Roupas lavadas em sanitários de uso coletivo e penduradas nas paredes dos mesmos.

Um problema relevante detectado no cadastramento das famílias desabrigadas e desalojadas foi o de não requerer, inicialmente, a informação sobre a numeração do calçado e o tamanho de roupa dos membros das

famílias, o que dificultou o acerto inicial da distribuição do vestuário e exigiu um retrabalho. Algumas desabrigadas relataram que receberam roupas não compatíveis com os seus tamanhos e ficaram no constrangimento de não poder fazer a troca de sua indumentária com a regularidade necessária para manter a sua higiene pessoal e a autoestima. As restrições das condições de lavagem da roupa exigiam, ainda, o descarte de parte do vestuário utilizado e, por decorrência, a solicitação junto a terceiros para que lhes fornecessem mais roupas em doação – principalmente, roupas íntimas e, especialmente, as de utilização de crianças de colo. Na edificação principal da escola, onde se encontram as salas de aula utilizadas para o descanso das famílias, havia um único sanitário coletivo cujas condições eram impróprias para o banho. O banho das pessoas ali abrigadas exigia seu deslocamento para outra edificação, passando por uma área aberta e um ginásio, o que implicava em sair em meio ao vento e à chuva e em riscos para a saúde, sobretudo para as pessoas com limitação de mobilidade, idosos, crianças e pessoas com algum comprometimento anterior.

Além disso, a restrição do espaço em si e da vida cotidiana dentro do abrigo era sentido pelas mulheres e crianças. Ilustrativo disso é a representação gráfica de M.F., chefe do lar, que mostra uma comparação entre a sala do abrigo em que na ocasião residia e o layout original de sua casa, que se encontrava danificada e interditada (Figura 9).

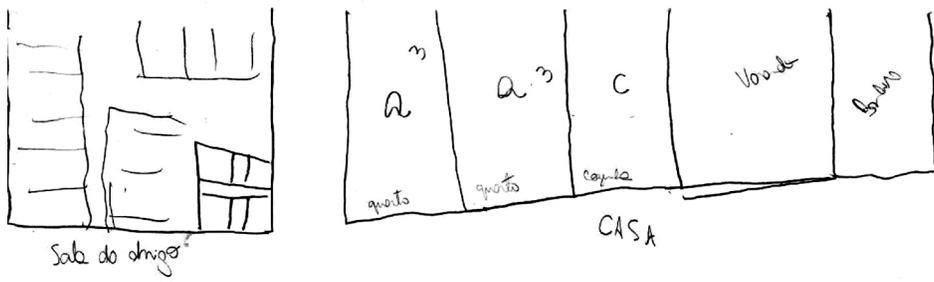


Figura 9 A representação gráfica feminina indica a compressão do espaço ao comparar a sala do abrigo com a sua moradia de origem.

Como as aulas retornassem no início de fevereiro, a direção escolar demandava da prefeitura municipal a desocupação do estabelecimento a fim de realizar reformas tidas como necessárias. Mas, o município não dispunha de outro equipamento que pudesse receber às famílias, a não ser o ginásio contíguo, denominado “Exposição”. As famílias não desejavam migrar para outro abrigo, mas saber quais medidas recuperativas estavam, efetivamente, sendo tomadas; isso permanecia, até então, nebuloso para as mesmas.

Muitas famílias, oriundas do bairro Boa Esperança, estavam desconfortáveis no abrigo, mas, igualmente, não desejavam voltar para as suas moradias. A forma como experienciaram a soltura das lascas do rochedo, a movimentação de rochas no local, os danos materiais havidos e a interação assimétrica com os órgãos de emergência não permitia que, de um momento para o outro, cressem num discurso oficial que ia se instituindo num sentido oposto; qual seja, o de que o desastre já havia passado e uma situação de normalidade estaria novamente instaurada, a normalidade da pobreza. Esse discurso da normalidade, conclamando as famílias a retornar às suas moradias, era a antítese do imaginário produzido pelo próprio meio técnico, nas semanas anteriores, em torno de uma ‘área de risco’.

Técnicos vindos de outras localidades utilizaram argumentos contundentes para interditar as moradias, assegurando a existência de riscos iminentes às pessoas que ali ficassem e ao seu patrimônio. Ademais, os fatores de ameaça permaneciam todos ali: havia lascas se despregando do rochedo, continuidade das chuvas e, mais importante, as construções no terreno permaneciam com a precariedade que o viés de classe impunha. Essa incoerência, que levava as autoridades a providenciar a interdição de moradias, num dia, e providenciar a desinterdição, noutro, deixava as famílias abrigadas apreensivas, pois interpretavam a situação como um evolutivo descompromisso público com a segurança daquela coletividade. Isto é, um mecanismo de desativação do abrigo para induzir o retorno compulsório ao lugar de origem, a “Toca do Rato”, o qual exporia as famílias, novamente, ao ‘ataque’ de pedras e lascas incontidas.

O relato de M.F. ilustra o tipo de preocupação que tinham as famílias no abrigo:

Tô ouvindo dizer que, a hora que o sol firmar, vamos voltar todos nós pra lá. Só que ninguém que está aqui vai conseguir botar a cabeça no travesseiro tranquilo. Já pensei em voltar pra casa, mas não quero colocar meus filhos em perigo.

É fato que algumas donas de casa abrigadas retornavam rapidamente às suas respectivas moradias, durante a luz do dia, para pegar alguns de seus bens, cozinhar refeições da preferência da família – que não eram servidas no abrigo – e levar comida aos animais domésticos que lá ficaram, dentre outros afazeres. Porém, evitavam levar seus filhos consigo, os quais se encontravam temerosos em retornar ao local da casa. Embora os servidores municipais envolvidos na assistência ao desabrigados e demais afetados da comunidade Boa Esperança reconhecessem a importância de um atendimento psicológico específico a este grupo, aquele com o qual o município contava era insuficiente para dar conta do caso. O profissional contratado pela

prefeitura municipal oferecia seus préstimos apenas dois dias por semana e indistintamente a todos os municípios que dele necessitassem.

PERSPECTIVAS DE RECONSTRUÇÃO: OS EMPOBRECIDOS COMO A ‘PEDRA NO MEIO DO CAMINHO’

Com as moradias ainda interditadas e a reivindicação, pela administração escolar, de desativação do abrigo para permitir o retorno das aulas, a prefeitura municipal não via alternativas, como a de instituir auxílio-aluguel. No caso de Muqui, explicou-nos o Prefeito Municipal, o mercado imobiliário era pouco dinâmico e não havia moradias disponíveis para esse potencial inquilinato. As poucas residências disponíveis para alugar encontravam-se a preços proibitivos para os cofres públicos e fora do que era tido, pelo chefe do executivo local, como compatível com a classe social a qual as famílias desabrigadas pertenciam. Vistos como forasteiros, gente sem enraizamento no lugar, não logravam, no imaginário da referida administração pública, a adoção de providências outras senão as que estavam sendo tomadas até o momento. Era possível encaminhar providências para a inviabilização do uso terreno para fins residenciais; mas, menos viável, resolver a questão social estrutural. Assim, argumenta o Prefeito Municipal:

Fui pedir um engenheiro, um geólogo para vir analisar lá (Boa Esperança) se eu posso retornar esse pessoal, é uma área de risco, nós temos consciência. Agora, será que o que aconteceu, se não voltar uma chuva com a intensidade que foi, nós podemos retornar eles pra lá e buscar um caminho de construir um local para levar eles? Agora, aquilo lá é o que falei: é tirar de lá, destruir tudo, plantar árvores, fazer um paredão de pedra ou de terra para que ninguém entre para construir. Porque senão, nós vamos tirar vai voltar outras pessoas e vão dizer assim: “aí, viu?! Se a gente morar lá ele vai conseguir casa pra gente”. Entendeu? Essa a preocupação também (...). O problema é que muitas dessas pessoas eles estão achando que o Estado, a União e o Município vai resolver o problema de uma vez. Eu tenho pessoas indo na prefeitura (...) indo lá perguntando quando vai chegar a geladeira, quando vai chegar a televisão. Então, as pessoas também criam uma certa visão de que o que aconteceu vai reverter numa situação favorável de imediato. E não vai.

Ademais, segundo ele, o município não dispunha de terreno público em local tido como seguro para empreender projetos habitacionais para os afetados. A administração local necessitaria desapropriar áreas compatíveis, mas não haveria recursos financeiros municipais para tanto.

Os moradores da comunidade Boa Esperança tinham, diante si, ambíguos sinais na interação com o ente público local, que bem explicavam a representação externa do grupo como gente da “Toca do Rato”: serem acolhidos no abrigo e serem expulsos do mesmo; suas moradias bloqueadas por questões de segurança e desimpedidas, em seguida, pressionando-se por seu retorno; por fim, impelidos a retornar para a moradia, mas com a indicação de que o bairro corria o risco de sofrer uma ampla interdição para fins residenciais. ‘Desentocados’, desesperançados, compreendiam enfim: eles eram as pedras no caminho.

PARA CONCLUIR

Tendo em conta o entendimento de desastres como um contexto de inviabilização e deterioração das rotinas de um dado grupo social, em Muqui, no que tange ao cotidiano da comunidade Boa Esperança, o desastre parecia longe de acabar.

O esforço público voltado para a segurança global das famílias mais seriamente afetadas pareceu débil. Uma intranquilidade coletiva dos desabrigados quanto ao futuro era patente. Envolveva desde preocupações concretas em torno da reposição dos bens móveis essenciais, que haviam sido destruídos ou danificados severamente – devido à queda de pedras pelo telhado e à lama que adentrou à moradia – até a preocupação com a validação do lugar comunitário pelo ente público, que ora acenava positivamente, ora o negava. Sem os bens móveis em condições de uso, como dar funcionalidade à moradia a qual se retornava? As autoridades não acolhiam bem as solicitações em torno de tais itens. As famílias sentiam isso como uma forma de constrangimento moral, o qual se ampliara ao levá-los a abordar, então, suas redes sociais informais, buscando um provisionamento mínimo, como o de utilização do fogão em casa alheia para preparação da refeição da família.

Em diálogo com o Prefeito Municipal, este confirmou a existência oficial de uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, mas nem os técnicos do serviço social local, da área de saúde e a população afetada sabiam dar detalhes sobre a existência do órgão, o nome das pessoas que nele atuavam e o tipo de atuação havida. Ou seja, no plano prático, a defesa civil local não atuou. O despreparo do órgão foi, inclusive, reportado pelo Prefeito Municipal no formulário Avaliação de Danos (AVADAN). A assistência social atuou diretamente com as famílias afetadas. As cinco funcionárias da Assistência Social do município se organizaram conforme a divisão da localidade em regiões. Fizeram um levantamento da população afetada naquele desastre, mas apenas uma técnica, em particular, mostrou-se

dedicada ao ponto de atender o grupo desabrigado em tempo integral e numa escuta ativa, incluindo aos finais de semana, sendo ela a responsável pelo Programa Bolsa Família em Muqui.

Segundo vários entrevistados em Muqui, incluindo os residentes no centro urbano, não teria havido enxurradas, mas enchente, em dezembro de 2010. Essa poderia ter causado danos menores caso a dragagem dos rios que cortam o município tivesse sido feita – sendo essa uma reivindicação dos munícipes que, segundo eles, a gestão municipal do período não teria priorizado – e se os munícipes tivessem sido avisados pelas autoridades com antecedência. Há relatos de moradores e comerciantes de que, no dia da enchente, alguns munícipes seriamente afetados tentaram atentado contra a vida do Prefeito Municipal, ameaçando afogá-lo nas águas enlameadas e contaminadas.

Contudo, para o grupo social que mais sofreu com episódio e que menor condição tinha de se reerguer, a comunidade Boa Esperança, não foi a enchente, mas as pedras o fator ameaçante mais associado às chuvas e que sucitaram danos concretos à sua vida cotidiana. O “deslizamento de pedras em área densamente habitada” foi citado no decreto municipal de situação de emergência. Entretanto, tais pedras foram paulatinamente resignificadas; desconstruídas, no discurso institucional, como um demarcador geográfico de uma ‘área de risco’ na medida em que as autoridades locais não dispunham de medidas recuperativas para oferecer, de imediato, aos moradores da localidade. Nenhum mecanismo de reinserção socioespacial era aventado pelas autoridades. Essas famílias estavam sobrando na paisagem de Muqui, que mescla um robusto histórico cultural repotado à cultura cafeeira e um futuro promissor em torno do turismo, ambos socialmente excludentes. A comunidade da “Toca do Rato” era uma pedra no meio do caminho, um recorte de um modelo de desenvolvimento que gera e rejeita os pobres e se abstém, mais e mais, de enfrentar resolutamente a pobreza.

REFERÊNCIAS

- PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI. Decreto N° 041, de 30 de dezembro de 2010.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI – COMDEC. Formulário de Avaliação de Danos – AVADAN, assinado em 30 de Dezembro de 2010.